



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

EDITAL DE ESTÁGIO Nº 01/2026

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário, com fundamento nos artigos 17 e 18 da Deliberação n. 110/2019 e na Deliberação n. 428/2024, ambas do Conselho Superior da Defensoria Pública, torna pública a abertura de processo seletivo simplificado para formação de cadastro reserva para estudantes de Pós-Graduação no curso de Direito na unidade de **Governador Valadares**, referente ao programa de Estágio não Obrigatório Direto, em observância às necessidades institucionais e disponibilidade orçamentária.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O estágio de pós-graduação visa proporcionar o conhecimento teórico e prático nas diversas áreas de atuação da Defensoria Pública e não confere vínculo empregatício com o Estado, sendo vedado estender a estagiária ou estagiário direitos ou vantagens assegurados aos servidores ou membros da Defensoria Pública (artigos 2º e 3º da Deliberação n. 428/2024 - do CSDPMG).

1.2. A jornada de atividade da estagiária ou estagiário de pós-graduação é de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais (artigo 23º da Deliberação 428/2024-CSDPDPG).

1.3. A bolsa de estágio de pós-graduação corresponde a R\$1.803,00 (um mil, oitocentos e três reais) e o auxílio transporte a R\$210,00 (duzentos e dez reais), totalizando R\$2.013,00 (dois mil e treze reais) fixados por ato da Defensoria Pública Geral, conforme Resolução nº 2639/2024-DPG.

1.4. O acompanhamento do estágio de pós-graduação será realizado pela Defensora Pública ou Defensor Público Supervisor designado.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

1.5. A estagiária ou estagiário não tem direito à escolha da área ou local de atuação.

1.6. É de responsabilidade da candidata ou candidato informar dados pessoais e escolares corretos.

1.7. A jornada de estágio de pós-graduação é, em regra, presencial.

1.8. Questões relacionadas à segurança institucional poderão justificar a realização de diligências destinadas à verificação da vida pregressa e da conduta social do candidato.

2. DAS VAGAS

2.1. O processo seletivo simplificado destina-se à formação do cadastro de reserva de estágio de pós-graduação no curso de Direito na Unidade de **Governador Valadares/MG**, bem como graduandos no curso de Direito do 10º período.

2.2. Ficam reservadas 10% (dez por cento) do total de vagas às candidatas ou candidatos com deficiência, nos termos do art. 37, VIII, da Constituição Federal/1988, da Lei n. 7.853/1989, da Lei Estadual n. 11.867/1995 e do Decreto n. 9.508/2018, e 20% (vinte por cento) às candidatas e aos candidatos negros, nos termos do artigo 1º da Lei n. 12.990/2014, da Lei n. 12.288/2010, da Resolução n. 203/2015-CNJ e da Resolução n. 548/2015-STF.

2.3. Não havendo aprovação de candidata ou candidato inscrito às vagas reservadas em número suficiente, as vagas não preenchidas serão ocupadas pelas demais candidatas ou candidatos habilitados, em estrita observância à ordem de classificação no certame.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

3. DAS ATRIBUIÇÕES

3.1. Incumbe à estagiária ou estagiário de pós-graduação, no exercício de suas funções:

I – auxiliar no acompanhamento das ações propostas e na elaboração de manifestações processuais;

II – pesquisar conteúdo doutrinário ou jurisprudencial e dados estatísticos, conforme orientação prévia;

III – participar de audiências, sessões ou acompanhar diligências de investigação, acompanhado da Defensora ou Defensor-Supervisor, auxiliando no que for necessário;

IV – estudar as matérias que lhe forem confiadas;

V – auxiliar no cumprimento das requisições expedidas pela DPMG;

VI – colaborar no registro e na movimentação dos processos judiciais;

VII – auxiliar no atendimento ao público, nos limites da orientação que vier a receber;

VIII – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas, compatíveis com sua condição acadêmica. (art. 60, da Deliberação 428/2024)

4. DOS REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO:

4.1. Uma vez aprovada, a estagiária ou estagiário de pós-graduação somente será convocado se:

a) Tiver colado grau no curso de Graduação em Direito;



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

- b) For estudante de curso de pós-graduação na área de Direito, devidamente matriculado em instituição de ensino superior devidamente registrada nos órgãos competentes;
- c) Possuir disponibilidade de 5 (cinco) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no período da manhã ou da tarde; e
- d) Possuir conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário da Defensoria Pública.

5. DA INSCRIÇÃO

5.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato ou candidata deverá se certificar de que preenche todos os requisitos exigidos neste Edital, na Deliberação n. 428/2024 (disponibilizada para consulta no site da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário), bem como nos eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento. Link de acesso às resoluções e deliberações: <https://cesv.defensoria.mg.def.br/atos-normativos/> e **diário oficial da DPMG**.

5.2. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo link <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/>, **das 08h do dia 08 de maio de 2026 até às 12h do dia 22 de maio de 2026**, observando-se o horário oficial de Brasília.

5.2.1. Antes de encerrado, o período de inscrições poderá ser prorrogado, por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, a critério da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

5.3. A candidata ou candidato que se identifica e quer ser reconhecido socialmente em consonância com sua identidade de gênero deverá indicar o nome pelo qual deseja ser reconhecido em campo próprio do sistema de inscrição.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

5.4. Para se inscrever a candidata ou candidato obrigatoriamente deverá:

- I – Acessar o link <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/>, **das 08h do dia 08 de maio de 2026 até às 12h do dia 22 de maio de 2026**, observando-se o horário oficial de Brasília;
- II – Anexar o certificado de conclusão do curso de graduação ou diploma e para os graduandos do 10º semestre anexar uma declaração na qual conste obrigatoriamente o período que está cursando, emitida dentro do semestre letivo de inscrição (1º ou 2º semestre letivo);
- III – Tratando-se de candidata ou candidato com deficiência, cumprir também a(s) exigência(s) do item 6.3;
- IV – Tratando-se de candidata ou candidato negro, cumprir também a exigência do item 7.2;

5.4.1. O não cumprimento de quaisquer dos requisitos exigidos neste Edital acarretará a desclassificação da candidata ou candidato no certame, ressalvado o previsto no item 10. **A fundamentação da desclassificação da candidata ou candidato estará disponível para consulta individualizada via sistema Gerais.**

5.4.2. **A declaração de média global somente será dispensada em hipótese de realização de prova, nos demais processos seletivos que utilizem a média global e/ou entrevista, é indispensável que o documento contenha a média global não suprimindo a média por semestre ou por matéria.**

5.4.3. Os documentos podem ser anexados em múltiplo PDF quando a Instituição de Ensino emitir mais de uma declaração.

5.4.4. As informações acima são imprescindíveis para o prosseguimento no processo seletivo, cabendo à Diretoria de Estágio, Residência e



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

Serviço Voluntário a análise dos documentos e se todas as informações estão contempladas.

5.5. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.5.1. Situações excepcionais serão analisadas pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública de Minas Gerais, desde que devidamente demonstrado pelo candidato a tela de erro.

5.6. É vedada a inscrição pela via postal ou por qualquer outro meio eletrônico não disponibilizado pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. A inscrição que não atenda a todos os requisitos exigidos no Edital será cancelada, a qualquer tempo.

5.7. As listas dos candidatos ou candidatas que tiverem suas inscrições deferidas e indeferidas serão publicadas no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Governador Valadares - Edital 01/2026 – Pós em Direito** no qual caberá recurso conforme item 10.

5.8. O candidato deverá se atentar em realizar o correto preenchimento dos dados no sistema de inscrição “Gerais”, respondendo por eventuais erros de grafia de seu nome e de outros dados pessoais, bem como pela ausência de indicação, quando cabível, do interesse em concorrer às vagas reservadas.

6. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

6.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição às vagas reservadas, conforme item 2.2 deste Edital, art. 37, VIII, da Constituição Federal/1988, Lei n. 13.146/2015, Lei n. 7.853/1989, Lei Estadual n. 11.867/1995, Decreto n. 9.508/2018 e Súmula 377-STJ.

6.2. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas definidas no artigo 2º da Lei n. 13.146/2015.

6.3. As candidatas ou candidatos com deficiência que pretendam fazer uso da prerrogativa legal deverão assinalar no formulário de inscrição tal condição e anexar relatório subscrito por profissional médico atestando a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a causa da deficiência, ou documento oficial que a comprove.

6.3.1. A candidata ou candidato, antes de se inscrever, deverá verificar se as atribuições do cargo especificadas no ITEM 3 - DAS ATRIBUIÇÕES, são compatíveis com a sua deficiência.

6.4. A candidata ou candidato que não atender ao disposto no item 6.3, alínea “a”, concorrerá às vagas de ampla concorrência.

6.5. Ressalvadas as condições diferenciadas previstas no Decreto n. 3.298/1999, modificado pelo Decreto n. 9.508/2018, na Lei n. 13.146/2015 e neste Edital, as pessoas com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação e a todas as outras normas de regência do certame.

6.6. Após a publicação do resultado preliminar fica proibida qualquer inclusão ou exclusão da candidata ou candidato da lista especial de pessoa com deficiência, ressalvada a hipótese do item 10.1, “e”.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

6.7. As candidatas ou candidatos inscritos às vagas destinadas às pessoas com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

6.7.1. As candidatas ou candidatos com deficiência aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

6.8. Se o percentual de 10% (dez por cento) sobre o total das vagas reservadas aos candidatos com deficiência resultar em número fracionado, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do §1º, art. 1º, da Lei Estadual n. 11.867/1995, e do §3º do art. 1º do Decreto Federal n. 9.508/2018.

6.9. A ordem de convocação das candidatas ou candidatos com deficiência dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga, a 2ª vaga será a 15ª vaga, a 3ª vaga será a 25ª vaga e assim sucessivamente.

6.10. Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 para o número inteiro subsequente e a fração inferior a 0,5 para o número inteiro anterior.

6.11. As candidatas ou candidatos inscritos às vagas reservadas às pessoas com deficiência serão chamados atendendo-se ao critério de alternância exposto no item 6.9 até esgotar-se o percentual da reserva legal estabelecida, quando então as vagas serão destinadas apenas aos candidatos da lista geral, em estrita observância à ordem de classificação.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

6.12. A contratação da candidata ou candidato com deficiência ficará condicionada à comprovação de tal condição, nos termos do item 11.4, alínea “g”.

7. DOS CANDIDATOS NEGROS

7.1. Às pessoas que se autodeclararem negras, nos termos da Lei n. 12.288/2010, assim considerados os pretos e pardos conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é assegurado o direito de inscrição às vagas reservadas, a que se refere o item 2.2, segundo Resolução n. 203/2015-CNJ e Resolução n. 548/2015-STF.

7.2. A autodeclaração das candidatas ou candidatos negros deverá ser feita no ato da inscrição e terá validade somente para este processo seletivo.

7.2.1. Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pela candidata ou candidato no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal, na hipótese de constatação de declaração falsa.

7.2.2. Comprovando-se falsa a declaração, a candidata ou o candidato será eliminado do certame e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua nomeação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

7.2.3. A verificação da falsidade da declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser feita a qualquer tempo por provocação ou por iniciativa da Administração Pública.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

7.3. As candidatas ou candidatos negros participarão do certame em igualdade de condições no que respeita ao conteúdo, à avaliação e aos critérios de aprovação.

7.4. As candidatas ou candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no certame (Lei n. 12.990/2014).

7.4.1. As candidatas ou candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

7.4.2. Em caso de desistência ou eliminação de candidata ou candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pela candidata ou candidato negro posteriormente classificado.

7.5. As candidatas ou candidatos negros poderão optar por concorrerem às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação no processo seletivo, marcando a referida opção quando da inscrição (Cor-Raça/PCD).

7.5.1. As candidatas ou candidatos negros aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas para pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

7.5.2. Na hipótese de que trata o subitem anterior, caso as candidatas ou candidatos não se manifestem, serão nomeados dentro das vagas destinadas às pessoas negras.

7.6. A ordem de convocação das candidatas ou candidatos negros classificados ao final do processo seletivo será da seguinte forma: 1ª vaga será



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

a 3ª vaga aberta, a 2ª vaga será a 8ª vaga aberta, a 3ª vaga será a 13ª vaga aberta e assim sucessivamente a cada intervalo de cinco vagas providas.

7.6.1. Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 para o número inteiro subsequente e a fração inferior a 0,5 para o número inteiro anterior.

8. DA SELEÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. A seleção será realizada por meio de prova teórica, de caráter eliminatório e classificatório, composta por questões objetivas e/ou discursivas, envolvendo os seguintes temas: **DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO CIVIL/PROCESSO CIVIL, DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL, DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL, DIREITO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.**

8.2. Não haverá segunda chamada da prova.

8.3. Será atribuída à prova pontuação de 0 (zero) a 100 (cem pontos), sendo a pontuação máxima na etapa correspondente a:

01 Questão discursiva	15 Questões objetivas
40 (quarenta) pontos, sendo 40 (quarenta) por questão	60 (sessenta) pontos, sendo 04 (quatro) por questão

8.4. As questões objetivas, caso existam, **conterão quatro opções de escolha**, das quais apenas uma sendo a correta ou incorreta.

8.5. Caso haja questões discursivas e objetivas, somente serão corrigidas as questões discursivas das candidatas e candidatos que atingirem nota igual ou superior a 40% (quarenta por cento) dos pontos das questões objetivas.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

8.6. Será considerada aprovada a candidata ou candidato que alcançar 50% (cinquenta por cento) dos pontos no somatório simples de notas das questões objetivas e discursivas, atendendo-se ao disposto no item 8.5.

8.7. Em caso de empate nas notas finais, a ordem de classificação será estabelecida atentando-se para os critérios abaixo, sucessivamente na ordem de preferência:

- a) A candidata ou candidato que obtiver a maior nota nas questões discursivas;
- b) A candidata ou candidato de maior idade.

8.8. A classificação das candidatas ou candidatos será feita em ordem decrescente do resultado final da prova, atendendo-se ao descrito no item 8.7.

8.9. As provas poderão abordar as alterações legislativas e jurisprudenciais que entrarem em vigor no decorrer do Processo Seletivo, envolvendo as matérias descritas no item 8.1.

8.10. A DPMG não se responsabiliza por cursos, textos e apostilas ou informações divulgadas por terceiros.

8.11. Somente as candidatas ou candidatos classificados na primeira e segunda etapa irão prosseguir no certame.

9. DA REALIZAÇÃO DA PROVA

9.1. A prova será realizada **presencialmente** em data, horário e local a serem determinados, com publicação de comunicado no portal eletrônico da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

9.2. A data, horário e local das provas poderão ser modificados a critério da DPMG.

9.3. Havendo o adiamento, haverá a divulgação das novas datas, horários e locais das provas, no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Governador Valadares - Edital 01/2026 – Pós em Direito**.

9.4. O tempo total de realização da prova é de 03 (três) horas.

9.5. A candidata ou candidato deverá apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de documento oficial de identidade, caneta esferográfica azul ou preta, comprovante de inscrição protocolizado na DPMG e o documento de identidade.

9.5.1. Caso o candidato ou candidata não possua o comprovante de inscrição, a Coordenação Local poderá autorizar a realização da prova, desde que o nome conste na lista enviada pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário.

9.5.2 O **horário limite para o ingresso no local** será o horário previsto para início da prova, não sendo permitida a entrada de nenhum candidato após esse horário.

9.6. Não será permitido nenhum tipo de consulta durante a realização da prova, e os telefones celulares e demais aparelhos eletrônicos de qualquer espécie deverão ser desligados durante a realização desta, sendo que o descumprimento de qualquer uma dessas instruções implicará a eliminação da candidata ou candidato.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

9.7. As questões das provas escritas serão entregues aos candidatos já impressas, não se permitindo esclarecimentos sobre o seu enunciado ou sobre o modo de resolvê-las.

9.8. Caso haja questões objetivas e também discursivas, cada uma dessas espécies constará de folha(s) diversa(s), de forma a viabilizar a correção isolada, bem como o cômputo das notas consoante exposto neste edital.

9.9. A prova conterà somente o número de inscrição da candidata ou candidato, sendo vedada a sua identificação nominal ou por meio de sinais, e o descumprimento dessa instrução implicará a eliminação da candidata ou candidato.

9.10. Concluída a realização da prova, a candidata ou candidato devolverá a folha de resposta e de rascunho, salvo o disposto no item 9.16.

9.11. Será de exclusiva responsabilidade da candidata ou candidato o preenchimento da folha de resposta da prova, devendo este zelar pela perfeição da entrega desta e da marcação correta das questões, vez que não será permitida sua substituição.

9.12. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido integralmente ou com marcações que não tenham sido feitas com caneta preta ou azul ou, ainda, identificação da candidata ou candidato por qualquer forma.

9.13. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas.

9.14. Será eliminado do PSS a candidata ou candidato que na prova:



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

- a) apresentar-se após o **horário limite para o ingresso no local** ou não comparecer à prova no dia, hora e local determinados pela Defensoria Pública;
- b) apresentar comportamento inconveniente ou tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- c) emprestar material, bem como estabelecer comunicação, por qualquer meio, com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este certame;
- d) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- e) portar arma(s) no local de realização da prova, ainda que de posse de documento oficial de licença, independentemente do cargo que eventualmente ocupe;
- f) utilizar ou portar, mesmo que desligados, durante a sua realização, qualquer equipamento eletrônico, como relógio de qualquer espécie, calculadora, walkman, notebook, palmtop, tablets, agenda eletrônica, gravador, telefone celular, beep, pager, fones de ouvido, Ipad e I-Pod, entre outros;
- g) fizer uso de óculos escuros, bonés, chapéus e similares;
- h) deixar de atender às normas contidas no Caderno de Questões e na Folha de Respostas e às demais orientações expedidas pelos aplicadores das provas;
- i) não entregar ao aplicador da prova o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da prova, findo o prazo para sua realização, exceto no caso descrito no item 10.16;
- j) ausentar-se da sala de prova sem consentimento prévio e desacompanhado de um fiscal ou da fiscalização da equipe de aplicação de prova ou entrevista;
- k) utilizar líquido corretor de texto, caneta hidrográfica fluorescente ou lapiseira;
- l) utilizar livros, códigos, manuais, impressos ou anotações;
- m) o comparecimento sem documento oficial de identificação.

9.15. Durante a realização da prova, não será permitida a candidata ou candidato a prática do tabagismo, de acordo com a Lei Estadual nº 18.552, de 04 de dezembro de 2009.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

9.16. A candidata ou candidato poderá se ausentar, levando o caderno de provas e a folha de rascunho da folha de respostas, após uma hora do início desta.

9.17. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, deverá fazê-lo em sala reservada desde que o requeira, pessoalmente e por escrito à Coordenação Local, no prazo de 07 (sete) dias úteis antes da prova, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

9.18. Não haverá compensação do tempo de amamentação a favor da candidata lactante.

9.19. A criança deverá ser acompanhada de apenas um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

9.20. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

9.21. Não será disponibilizado responsável para a guarda da criança, e ausência daquele acarretará na impossibilidade de realização da prova com disponibilização da amamentação, sendo que a candidata não poderá permanecer com a criança no local de realização da prova.

9.22. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal do sexo feminino.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

9.23. Na sala reservada para amamentação ficarão apenas a candidata lactante, a criança e uma fiscal, vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou amizade com a lactante.

10. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO E RECURSO

10.1. O resultado preliminar de cada etapa do processo seletivo com a classificação das candidatas ou candidatos habilitados será divulgado no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Governador Valadares - Edital 01/2026 – Pós em Direito**, sendo de exclusiva responsabilidade da candidata ou candidato o acompanhamento das publicações.

10.2. O gabarito das questões objetivas e o espelho de correção das questões discursivas serão divulgados em até 48 (quarenta e oito) horas após o término das provas, com possibilidade de prorrogação do prazo ora indicado, no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Governador Valadares - Edital 01/2026 – Pós em Direito**, sendo de exclusiva responsabilidade da candidata ou candidato o acompanhamento das publicações.

10.3. A candidata ou candidato poderá interpor recurso, sem efeito suspensivo, contra:

- a) indeferimento da inscrição, inclusive quanto à previsão ou não em lista reservada, com apresentação, em caso de concorrência a vaga de pessoa com deficiência, do documento previsto no item 6.3;
- b) a realização da entrevista, quando houver;
- c) o gabarito, espelho, nota e desclassificação da prova, quando houver;
- d) a ordem de classificação preliminar no processo seletivo;



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

10.3.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte ao da publicação de cada resultado.

10.3.2. Os recursos previstos no item 10.3. deverão ser dirigidos à Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário, exclusivamente pela internet, pelo perfil do candidato no sistema de inscrição (Gerais) que estará disponível até às 23h59min do último dia do prazo recursal, e na forma do item 10.7.1., caso o candidato necessite encaminhar novo documento, observados, em todos os casos, os art. 43 e 44 da Deliberação 428/2024.

10.3.3.1 Quando o objeto do recurso se tratar sobre a ordem de classificação, a unidade da Defensoria fará o encaminhamento à Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário, para análise, nos termos da Deliberação 428/2024.

10.4. Os recursos deverão obedecer às seguintes determinações:

- a) conter fundamentação legal referente apenas ao objeto do recurso;
- b) conter fundamentação lógica e objetiva.

10.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos:

- a) por meios não previstos neste Edital;
- b) intempestivamente;
- c) que não evidenciarem o legítimo interesse e o prejuízo sofrido pelo recorrente;
- d) sem a fundamentação legal;
- e) com fundamentação indevida ou sem correspondência com o objeto do recurso.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

10.6. Também não serão conhecidos recursos coletivos, pedidos de revisão de recursos, requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais, recursos de recursos ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso.

10.7. Não será permitida a edição, a inclusão, a complementação, a suplementação e/ou substituição de informações ou de documentos após o período das inscrições, não sendo aceito envio de nova documentação durante a fase recursal.

10.8. Alterada a classificação final, de ofício ou por força de recurso, poderá haver alteração da classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, a sua eliminação do processo seletivo.

10.9. Os recursos serão apreciados pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário ou pela Coordenação Local, em prazos por ela definidos e de acordo com o cronograma previsto.

10.10. Após a análise dos recursos contra a desclassificação ou contra a ordem de classificação, serão divulgados no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Governador Valadares - Edital 01/2026 – Pós em Direito** os resultados de deferimento ou indeferimento recursal, contra os quais não caberá novo recurso.

10.11. Não havendo recurso contra a ordem de classificação preliminar, ou, julgado o recurso contra esta, o resultado final do processo seletivo simplificado será encaminhado para homologação do Defensor Público Geral e será divulgado no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos->



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

seletivos/ no campo pesquisa, buscar: **Governador Valadares - Edital 01/2026**
– Pós em Direito.

11. DA CONVOCAÇÃO

11.1. As candidatas ou candidatos aprovados no processo seletivo serão convocados, a critério da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, que obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação no certame.

11.2. A convocação para habilitação de candidatas ou candidatos aprovados será feita no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Governador Valadares - Edital 01/2026**
– Pós em Direito.

11.2.1 É de inteira responsabilidade da candidata ou candidato acompanhar as publicações do processo seletivo, sendo a convocação realizada na forma do item 11.2.

11.2.2. Todo o processo de convocação é realizado pelo sistema Gerais, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar o trâmite em sua integralidade. Não é permitido o envio de documentos ou de termos via e-mail. Casos excepcionais serão analisados pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

11.3. Após a publicação oficial da convocação, conforme item 11.2, o candidato ou candidata deverá acessar seu perfil individual no sistema Gerais e manifestar obrigatoriamente, no prazo do item 11.3.1:

a) interesse na vaga ofertada, e, posteriormente, enviar os documentos na forma do item 11.4;



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

- b) pela reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva; ou
- c) pela não aceitação da vaga.

11.3.1. A candidata ou candidato que não responder à convocação dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis será considerado desistente, não cabendo pedido de reconsideração.

11.3.2. No caso de retorno de candidatos em número superior ao quantitativo de vagas ofertadas, serão considerados, ao final do prazo previsto, a contratação dos candidatos melhor classificados. Os demais candidatos retornarão às suas posições na lista e continuarão aptos para as próximas convocações.

11.4. A candidata ou candidato convocado deverá, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da publicação oficial da convocação, anexar via sistema Gerais os seguintes documentos, sob pena de ser excluído do processo seletivo:

- a) Certificado de Colação de Grau ou Diploma (Não será aceita documentação com previsão de colação de grau).
- b) Cópia da carteira de identidade e do CPF;
- c) Curriculum vitae (modelo livre) com indicação das áreas de afinidade e de vínculo ativo de estágio ou de outra natureza com instituições públicas ou privadas, se aplicável;
- d) Uma foto digital 3x4 recente e colorida, em formato JPG ou PDF, fundo branco, tirada de frente, com o rosto totalmente visível, mostrando a maior parte da face, e sem o uso de óculos;
- e) Declaração emitida pela instituição de ensino que comprove matrícula vigente no curso de pós-graduação, na qual conste a data de início e conclusão;



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

- f) Comprovante dos Dados Bancários da conta corrente ou conta salário no Banco Itaú, de titularidade da candidata ou candidato;
- g) O candidato ou candidata pessoa com deficiência deverá apresentar laudo médico original que comprove tal condição, elaborado às suas expensas e expedido com antecedência máxima de 12 (doze) meses contados do dia da publicação da respectiva convocação, salvo se se tratar de sequela permanente e irreversível, bem como demonstrar a compatibilidade entre suas necessidades especiais e as atribuições a serem desempenhadas no estágio. (art. 53, da Deliberação 428/2024);
- h) Documento em formato DOCX ou PDF com as seguintes informações da instituição de ensino de pós-graduação: Razão Social, CNPJ, Representante Legal, Endereço com CEP.

11.4.1. Só serão aceitos documentos emitidos por instituição reconhecida pela autoridade pública competente

11.4.2.1. **Não serão aceitas contas de titularidade de terceiros**, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato ou candidata caso haja eventual bloqueio de pagamento por inconsistência de informações bancárias.

11.4.3. A candidata ou candidato convocado que não apresentar os documentos, previstos no item 10.4., no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após a publicação oficial da convocação, conforme item 10.2. será considerado desistente. É assegurado à candidata ou ao candidato o direito de solicitar a dilação do prazo para envio da documentação, desde que o faça antes do término do prazo originalmente estabelecido, mediante pedido fundamentado. A dilação de prazo poderá ser concedida apenas uma única vez, mediante análise da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

11.4.4. Deverá ser enviada via e-mail para estagio.convocacao@defensoria.mg.def.br comprovação de rescisão do vínculo junto às informações solicitadas no item 10.4 nos casos em que o candidato ou candidata estiver em exercício, na qualidade de servidor ou servidora efetivo, celetista, terceirizado ou terceirizada, estagiário ou estagiária; em outro ramo da Defensoria Pública, na advocacia pública ou privada, no Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, em instituições policiais ou militares, no Ministério Público, no Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, em outras instituições públicas da administração pública indireta, ou instituições privadas que possuam correlação com as atividades desenvolvidas na Defensoria Pública e com elas possam conflitar (art. 64 da Deliberação 428/2024).

11.4.5. Caso a jornada de estágio seja incompatível com os horários de atividade escolares ou acadêmicas, o candidato irá para o final da lista e o candidato com classificação imediatamente posterior será convocado.

11.5. Eventual documentação adicional poderá ser solicitada por essa Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública de Minas Gerais para averiguação da situação funcional da candidata ou candidato perante sua instituição de ensino e para certificação da não configuração de quaisquer das vedações descritas no item 64 da Deliberação 428/2024.

11.6. O estágio terá início a partir da data de vigência determinada no termo de compromisso de estágio de graduação e duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, não excedendo o prazo de 24 meses, exceto em se tratando de pessoa com deficiência, devendo ser observada a Deliberação 428/2024.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

11.6.1. É vedada a elaboração de termo de compromisso de estágio ou de prorrogação do termo de estágio, nas hipóteses em que o estagiário não tenha vínculo com a instituição de ensino.

11.7. Deve ser observada a data limite do término do curso de pós-graduação, conforme Deliberação 428/2024.

11.7.1. Não serão formalizados Termos de Compromisso de Estágio com estudantes cujo término de curso seja igual ou inferior a 06 (seis) meses da data da convocação.

11.8. A ausência de devolução do termo devidamente assinado pelo candidato ou candidata e pela instituição de ensino, no prazo fixado pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública de Minas Gerais, impede o início do estágio e é causa de exclusão do processo seletivo. É assegurado à candidata ou ao candidato o direito de solicitar a dilação do prazo para retorno do termo assinado, desde que o faça antes do término do prazo originalmente estabelecido, mediante pedido fundamentado. A dilação de prazo poderá ser concedida apenas uma única vez, mediante análise da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

11.9. Na hipótese do quantitativo de vagas da unidade não permitir a reserva da vaga (cota ou PCD), a convocação de candidatos ou candidatas classificados em processos seletivos de estagiários ou estagiárias obedecerá os critérios de alternância e proporcionalidade (art. 49 da Deliberação 428/2024 – CSDPMG).



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

12. DOS REQUISITOS

12.1 Devem ser observados os seguintes requisitos (art. 4º da Deliberação 428/2024)

I – existência de convênio prévio com a instituição de ensino, devidamente registrada nos órgãos competentes, no qual deverão constar todas as condições acordadas para a realização de estágios obrigatórios, conforme definido na Lei Federal nº 11.788/2008, disponibilizadas no portal da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário;

II – matrícula e frequência regular do estudante ou da estudante, devidamente atestadas pela instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação – MEC;

III – celebração de termo de compromisso de estágio entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, a instituição de ensino e o estudante ou a estudante, nos termos do artigo 3º da Lei Federal nº 11.788/2008;

IV – compatibilidade entre as atividades que serão desenvolvidas no estágio e a área de formação acadêmica do estudante ou da estudante;

V – aprovação em processo seletivo para acadêmicas e acadêmicos em estágio não obrigatório;

VI - não ter o termo de estágio rescindido unilateralmente pela Defensoria Pública, nos últimos 5 (cinco) anos.

13. DAS VEDAÇÕES

13.1. As candidatas e candidatos que aprovados no processo seletivo ficam cientes das vedações conforme deliberação 428/2024-DPG artigos 64 e 65 quais sejam:

13.1.1. É vedado à estagiária ou estagiário:



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

- I – exercer a advocacia em feitos oriundos ou que tramitem no Tribunal de Justiça de Minas Gerais;
- II – exercer a advocacia em âmbito extrajudicial nas áreas afetas às atribuições da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais;
- III – exercer a advocacia em qualquer hipótese em se tratando de estágio exclusivamente remoto;
- IV – praticar, isolada ou conjuntamente, atos privativos das Defensoras Públicas ou Defensores Públicos ou servidoras e servidores da DPMG, nas esferas judicial ou extrajudicial, ressalvada a assinatura conjunta em manifestações jurídicas;
- V – invocar a condição de estagiária ou estagiário da DPMG ou usar papéis com marca oficial da instituição em qualquer matéria alheia ao estágio;
- VI – ter comportamento incompatível com a condição de estagiária ou estagiário da DPMG;
- VII – revelar quaisquer fatos de que tenha conhecimento em razão das atividades de estágio;
- VIII – exercer as atividades de juiz leigo e de conciliador dos Juizados Especiais;
- IX – exercer atividades concomitantes, seja como servidor ou servidora efetivo, seja como celetista, terceirizado ou terceirizada, seja como estagiário ou estagiária em outro ramo da Defensoria Pública, na advocacia, pública ou privada, no Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, em instituições policiais ou militares, no Ministério Público ou no Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
- X – exercer atividades concomitantes, seja como servidor ou servidora efetivo, seja como celetista, terceirizado ou terceirizada, seja como estagiário ou estagiária em outras instituições públicas, da administração pública indireta, ou instituições privadas que possuam correlação com as atividades desenvolvidas na Defensoria Pública e com elas possam conflitar;



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

XI – realizar, conjuntamente, serviço voluntário ou outra modalidade de estágio dentro da própria Instituição;

XII – realizar estágio em outra Instituição pública ou privada cuja carga horária diária exceda os limites permitidos pela Lei de Estágio;

XIII – valer-se do estágio para captar clientela ou obter vantagem para si ou para outrem.

13.1.2. Caso o candidato ou candidata, no momento da convocação, esteja realizando outro estágio ou se enquadre em alguma hipótese de vedação, deverá providenciar e apresentar o comprovante de desincompatibilização antes do início das atividades.

13.1.3. É vedada a contratação de estagiária ou estagiário para atuar sob supervisão de Defensor, Defensora, Servidor ou Servidora que lhe seja cônjuge, companheira ou companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau, inclusive.

14. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

14.1. O presente processo seletivo simplificado tem validade de 12 (doze) meses, contados da homologação da classificação final, podendo, a critério da Defensoria Pública de Minas Gerais ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os atos relativos a este processo seletivo simplificado serão divulgados no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Governador Valadares - Edital 01/2026 – Pós em Direito.**



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

15.1.1. É de exclusiva responsabilidade da candidata ou do candidato acompanhar todas as publicações relativas ao processo seletivo no portal eletrônico, não cabendo à Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário a obrigação de realizar comunicações por outros meios.

15.2. A constatação, a qualquer tempo, de falsidade de declaração ou documento acarretará a eliminação do candidato do processo seletivo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

15.3. A candidata ou candidato classificado deverá manter seu endereço, telefone e e-mail atualizados até que se expire o prazo de validade do processo seletivo simplificado.

15.4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato ou candidata da legislação vigente, das Deliberações do Conselho Superior da Defensoria Pública, demais atos normativos da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e a este Edital.

15.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública de Minas Gerais.

15.6. As decisões da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário serão irrecorríveis, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, não sendo aceita revisão de recursos.

15.7. Eventuais dúvidas, na forma do art. 41, § 2º, 'c', da Deliberação CSDPMG 428/2024, deverão ser encaminhadas para pssstagio@defensoria.mg.def.br.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

15.8. Integra esse edital um anexo, qual seja:

I – Conteúdo Programático

Governador Valadares, 06 de maio de 2026.

Elaine Karen Costa Araújo
Defensora Pública – Madep 0654
Coordenadora Local



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

ANEXO I DO EDITAL DE ESTÁGIO Nº 01/2026
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Dos Princípios Fundamentais (Arts. 1º a 4º da CF); 2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais / Remédios Constitucionais (Arts. 5º e 6º); 3. Controle de Constitucionalidade (controles difuso e concentrado da constitucionalidade); 4. Poder Judiciário. Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário Brasileiro. Organização e competências. Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça. A Justiça Federal. A Justiça Militar. A Justiça Estadual. O Conselho Nacional de Justiça. Súmula Vinculante. 5. Funções Essenciais à Justiça. A Defensoria Pública. A Defensoria Pública na Constituição Federal de 1988. 6. Da ordem social. Direitos Sociais. Da saúde. Da Assistência Social. Da Educação. Da família, da criança, do adolescente e do Idoso. 7. Súmulas vinculantes. Súmulas dos tribunais superiores. 8. Alterações Legislativas posteriores. DIREITO CIVIL/PROCESSO CIVIL: 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2. Da pessoa natural. Das pessoas jurídicas. 3. Do domicílio. 4. Dos bens. 5. Do casamento. Da união estável. Do regime de bens. Bem de família 6. Relação de parentesco. 7. Usufruto e administração dos bens dos filhos menores. 8. Alimentos. 9. Tutela e curatela. 10. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e Partilha. 11. Normas de Direito Processual Civil. 12. Jurisdição: conceito, características, escopo, elementos, princípios e espécies. Jurisdição voluntária. Equivalentes jurisdicionais: autotutela, auto composição, mediação (Lei 13.140/15), arbitragem. 13. Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. 14. Competência: em razão do valor e da matéria. Competência funcional e territorial. Modificações de competência e declaração de incompetência. 15. A Defensoria Pública no Processo Civil. Curadoria Especial. Prerrogativas da Defensoria Pública no processo civil. 16. Sujeitos do processo. Partes e procuradores. Do Juiz. Ministério Público. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros. 17. Processo: teorias,



DPMG

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

pressupostos processuais, atos processuais, lugar, tempo e forma dos atos processuais, prazos, comunicação dos atos processuais, distribuição e registro, valor da causa. Formação, suspensão e extinção do processo. 18. Ação de alimentos. Execução de alimentos. Lei de alimentos e disposições do Código de Processo Civil. Alimentos gravídicos. 19. Ações declaratória e negatória de vínculo parental (em vida e póstuma). 20. Divórcio. Ação declaratória de união estável (em vida e póstuma). Divórcio extrajudicial. 21. Assistência jurídica gratuita: aspectos processuais. 22. Alterações Legislativas posteriores.

DIREITO PENAL: 1. Conceito, evolução histórica, fontes, objetivos. As escolas penais. O Direito Penal e o Estado Democrático de Direito. 2. A ciência do Direito Penal. Dogmática penal, política criminal e criminologia, política penitenciária e penologia. Sistema penal e controle social. As escolas criminológicas. 3. Princípios do Direito Penal. 4. Teoria da lei penal. Aplicação da lei penal no tempo, no espaço e quanto a pessoas. Conflito aparente de normas penais. Contagem de prazo. 5. Tipo penal e tipicidade. Ação e omissão. Nexos de causalidade. Resultado do crime. Elementos constitutivos do tipo penal. Exclusão da tipicidade. 6. Ilicitude. Causas legais e supralegais de exclusão da ilicitude. 7. Culpabilidade. Imputabilidade. Potencial consciência de ilicitude. Exigibilidade de conduta diversa. Causas legais e supralegais de exclusão da culpabilidade. 8. Consumação e tentativa. Tentativa impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 9. Erro de tipo e erro de proibição. Discriminantes putativas. 10. Concurso de pessoas. Autoria e participação. Desvio subjetivo de conduta. Crimes multitudinários. 11. Sanções penais. Penas privativas de liberdade, restritivas de direito e multa. Regimes penitenciários. Aplicação da pena e regimes penitenciários. Limites das penas. Execução da pena. Lei nº 10.216/2001. 12. Concurso de crimes. Erro de execução e resultado diverso do pretendido. 13. Suspensão condicional da pena. 14. Livramento condicional. 15. Ação penal. 16. Extinção da punibilidade. 17. A parte especial do Código Penal. Crimes contra a pessoa, o patrimônio, a propriedade imaterial, a organização do trabalho, o sentimento religioso e o respeito aos mortos, a dignidade sexual, a família, a incolumidade pública, a



DPMG

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

paz pública, a fé pública e a administração pública. 18. Aspectos penais das Leis 4.737/1965, 4.898/1965, 5.478/1968, 7.716/1989, 7.853/1989, 8.069/1990, 8.072/1990, 8.078/1990, 8.137/1990, 9.455/1997, 9.503/1997, 9.605/1998, 9.609/1998, 10.671/2003, 10.741/2003, 10.826/2003, 11.101/2005, 11.340/2006, 11.343/2006 e 12.850/2013; e dos Decretos-Lei nº 3.688/1941 e 201/1967 e LEI 13.869/2019; LEI 13.964/2019. 20. Alterações Legislativas posteriores. DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1. Processo penal e garantias constitucionais. 2. Lei processual penal no tempo e no espaço. Interpretação e integração da lei processual penal. Fontes do Direito Processual Penal. 3. Princípios do Direito Processual Penal. 4. Inquérito policial. 5. Ação penal. 6. Ação civil ex delicto. 7. Jurisdição. 8. Competência. 9. Partes processuais. 10. Insanidade mental do acusado. 11. Provas. 12. Medidas assecuratórias. 13. Prisão no Direito Processual Penal. Medidas cautelares pessoais diversas da prisão. Liberdade provisória. 14. Citações e intimações. 15. Atos processuais. 16. Formas procedimentais. 17. Sentença criminal. 18. Nulidades. 19. Recursos. 20. Ações autônomas de impugnação. 21. Aspectos processuais das Leis nº 7.960/89, 8.038/90, 8.069/90, 8.072/90, 8.930/94, 9.099/95, 9.296/96, 9.455/97, 9.503/97, 9.605/98, 9.807/99, 10.671/03, 10.741/03, 10.826/03, 11.101/05, 11.340/06, 11.343/06, 12.594/12, 12.850/13, e 13.344/16 e LEI 13.869/2019; LEI 13.964/2019. 22. Alterações Legislativas posteriores. DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL: 1. Livramento Condicional (art. 83 a 90 do Código Penal e art. 131 a 146 da Lei de Execução Penal); 2. Progressão de Regime (art. 110 a 119 da Lei de Execução Penal). 3. Indulto e Comutação da Pena (Decreto nº 11.846/23 e Decreto nº 12.338/24). DIREITO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES: 1. Lei 8.069/90. 2. Prática de ato infracional. 3. Procedimento de apuração de ato infracional. 4. Medidas socioeducativas. 5. Remissão. 6. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. 7. Acesso à Justiça. 8. Garantias processuais. 9. Jurisprudência dos Tribunais Superiores.